

ISSN 2316-7785

SOBRE UM PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DESDOBRAMENTOS DE UMA PESQUISA DOCUMENTAL

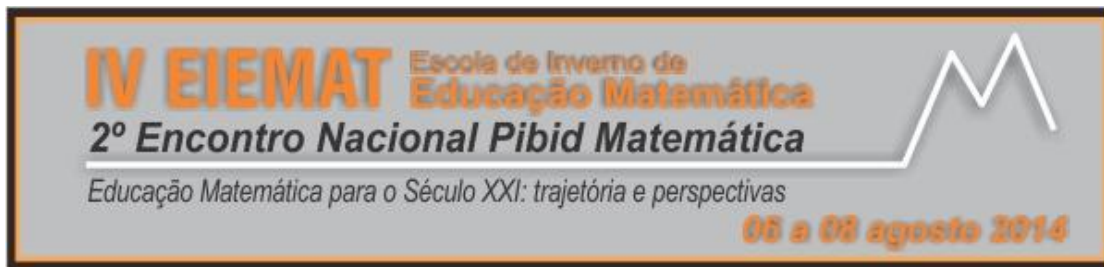
Reginaldo Ramos de Britto
E.M.Gabriel Gonçalves da Silva
GRIFE- EM
reginaldorrbritto@gmail.com

Marco Aurélio Kistemann Jr.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
marco.kistemann@ufjf.edu.br
GRIFE- EM

Resumo

Neste trabalho vamos abordar alguns aspectos da pesquisa documental , sobre Estratégias de Educação Financeira, desenvolvida junto ao programa de mestrado , na modalidade profissional, em Educação Matemática UFJF/ Brasil, defendida em 2012. Constituímos após esta investigação como *produto educacional*, um documento para orientações a professores e, sobretudo, educadores matemáticos. As orientações teórico-metodológicas desta pesquisa, e que se reproduzem aqui, compreendem as contribuições de: Michel de Certeau sobre as *táticas* e *estratégias*; André Cellard ,sobre pesquisa em documentos; Norman Fairclough sobre análise de discursos e Ole Skovsmose , com a ideia de empowerment (dar poder) , no cenário da Educação Matemática Crítica. A principal indicação, resultante, desta pesquisa foi de que está em desenvolvimento um *Processo de Legitimação da Educação Financeira*, que a despeito dos discursos tem a intenção de promover, fundamentalmente, a constituição de *indivíduos-consumidores* de produtos financeiros. Há a possibilidade de que sua proposta de inserção nos currículos escolares seja um processo paralelo de empowerment a Educação Financeira pela Matemática, justificado pela característica dessa última de ser uma “linguagem de poder” e possuir “poder formatador”.Desse modo,afirmamos que a Educação Financeira compreende um novo dado à formação de professores, que precisa ser absorvido pelas pesquisas em Educação Matemática.

Palavras-chave: Educação Matemática, Educação Financeira, discursos.



Introdução

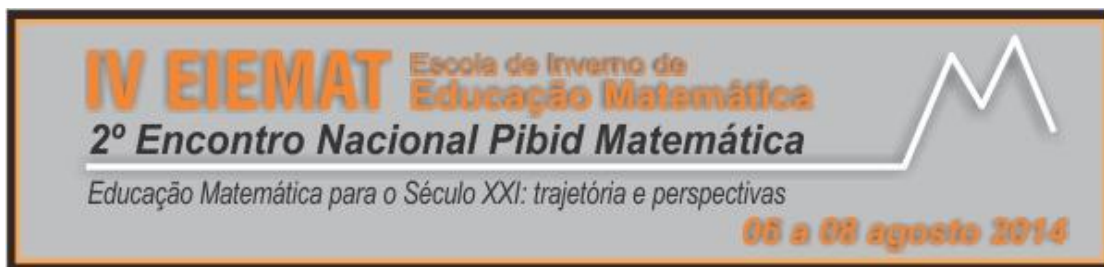
Nos últimos anos se desenvolve um discurso midiático relativo à Educação sobre a ideia que é necessário educar os indivíduos financeiramente. Há certo consenso sobre esta “necessidade”, que parece estar sustentada, principalmente, sobre dois argumentos: o primeiro, percebido a partir de resultados de pesquisas¹, alertam sobre o perigo do superendividamento das famílias brasileiras além de baixo nível de educação financeira da população; o segundo reside na anunciada complexidade e variedade dos produtos financeiros no presente.

A Educação Financeira assim, como se apresenta no Brasil, sobretudo pela mídia, se afeiçoa a um contexto em que predomina a “necessidade” de desenvolver certas competências, que podemos chama-las de financeiras. Hoje, por exemplo, se pode aplicar recursos no mercado financeiro sem sair de casa através das chamadas *Home Brokers*; fazer transferências e compras além de diversos pagamentos e investimentos.

No entanto a despeito destes discursos a Educação Financeira, enquanto proposta curricular, nos parece materializar o que poderíamos chamar de privatização dos conteúdos programáticos, algo que se refere à preocupação pertinente, de Apple (apud LINS 2004, p 116), sobre que talvez a discussão (curricular) deva se deslocar da pergunta: Que conhecimento deve estar no currículo? Para: O conhecimento de quem deve estar no currículo? Caberá então perguntarmos: a quem interessa educar financeiramente os indivíduos?

Uma resposta plausível virá da análise do fato que há um grande número de instituições financeiro-bancárias “preocupadas” com a educação financeira dos indivíduos

¹ Me refiro à Pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2008, disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/antigo/Legislacao/Arquivo/Plano-Diretor-ENEF-anexos-1.pdf>>. Também é possível perceber cenário similar no contexto português (dado que analisamos o Plano de Formação Financeira deste país) traduzido pela pesquisa: Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2010, que pode ser acessado em:< <http://www.todoscontam.pt/pt-PNFF/PNFF/Investigacao/Paginas/Investigacao.aspx>>



o que torna necessário que a Educação, e principalmente a Educação Matemática, se envolva com esta tarefa, tanto no ensino/aprendizagem quanto na pesquisa.

É assim que desenvolvemos a pesquisa base para este artigo bem como outras investigações no interior do GRIFE².

Desenvolvimento da Pesquisa

Selecionamos documentos para esta investigação, seguindo as orientações metodológicas de André Cellard (2008). Assumimos assim que para esta análise, as Estratégias Nacionais sobre o tema, do Brasil, Portugal e Espanha seriam importantes e significativas, dado que estas Estratégias apresentavam uma estrutura comum, partindo de orientações originárias da OCDE³.

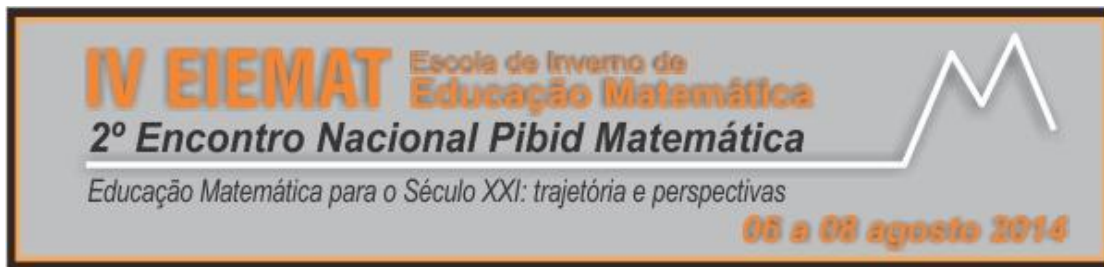
Não havia uma questão de investigação apenas a desconfiança de que os objetivos e as prescrições das Estratégias de Educação Financeira, sustentavam-se e orientavam-se para propósitos pouco anunciados.

Analisamos e categorizamos o que extraíamos dos textos a partir do que considerávamos ser características comuns a alguns *extratos de textos*. Passamos a chamar estes *extratos* de *asserções*⁴, tipificando-as em: *financeiras*, *neoliberais*, *legais* e *capital-trabalho*. As que chamamos de *asserções legais* representam discursos que têm como objetivo, promover a Educação Financeira, pela constituição do marco legal para sua introdução nos diversos países; as *asserções neoliberais* se destinam também a promoção da Educação financeira, mas pela constituição do sistema de conhecimento e crença de onde se originam: o neoliberalismo; as *asserções financeiras*, fazem alusão aos mercados e sistemas financeiros pela prescrição de comportamentos que, de algum modo, concorram a

² Grupo de Investigações financeiro-econômicas em Educação Matemática (UFJF). Este grupo de pesquisas nasceu em 2012 no interior do programa de pós-graduação em Educação Matemática da UFJF, na modalidade de Mestrado profissional. O GRIFE foi fundado pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. e hoje conta com número expressivo de pesquisadores professores da Educação Básica e Superior, pública e privada.

³ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

⁴ Afirmações que se tem por verdadeiras que no contexto da pesquisa retratam de modo imperativo o modo como os indivíduos devem se comportar financeiramente. Foi desse modo que caracterizamos os discursos extraídos dos textos sobre Educação Financeira.



estas instituições; as asserções do tipo *capital-trabalho* tratam da educação financeira como forma de promover “melhor” a exploração do trabalho.

Pressupostos e referências teórico-metodológicas

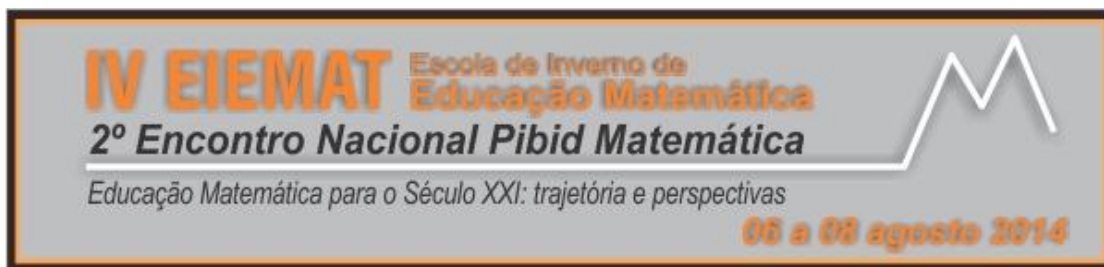
A Educação Matemática Crítica é a perspectiva pela qual pretendemos envolver Educadores Matemáticos e Professores de Matemática, chamando-os atenção para o fenômeno da Educação Financeira e para o processo de *empowerment* (dar poder) que talvez esteja em desenvolvimento. Este fenômeno é descrito por Ole Skovsmose e interpretado aqui, em termos da utilização da matemática como linguagem que sustenta e constrói opiniões, principalmente nos debates políticos e em economia. A utilização de números, tabelas e dados estatísticos em debates, confere a seus interlocutores um valor que os aproxima da “verdade”, traduzindo as ideias que carregam em termos de afirmações mais palatáveis aos ouvintes. As pessoas tendem a creditar maior valor à informações e afirmações que venham acompanhadas de justificativas matemáticas, predominantemente numéricas.

Na pesquisa documental, percebe-se que a perspectiva de apresentar a Educação Financeira como responsabilidade do professor de matemática, não foi prática isolada. Foi possível identificar esta tendência por intermédio de Saito (2011) que a descreve, se referindo ao trabalho de FESLIER, como iniciativa: na Inglaterra, onde:

A Educação em Finanças Pessoais não possui status de disciplina regular, mas tem os seus conceitos transmitidos em cursos de Matemática”; na Nova Zelândia “a Educação em finanças pessoais não é obrigatória nos currículos escolares, mas, em algumas unidades de ensino, é inserida como tema de disciplinas como Matemática, Estudos Sociais, Saúde e Bem-estar.” Feslier (apud SAITO, 2011).

Esta vinculação aparece também no Projeto de Lei 3.401⁵ de 2004 de autoria do então deputado Lobbe Neto, que criava a disciplina Educação Financeira. Com o avanço do

⁵ Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 171, de 2009 (PL nº 3.401, de 2004, na origem), do Deputado Lobbe Neto, que determinava que o tema “educação financeira” deveria integrar-se ao currículo da disciplina Matemática.



projeto a Educação financeira assume o status de tarefa da “tradicional disciplina” de Matemática, que representamos apenas pelo extrato: “§ 7º o tema da educação financeira integra o currículo da disciplina Matemática. (NR). ”⁶. Uma *asserção legal* que discursivamente reforça um imaginário de vinculação, como dissemos, da Educação Financeira como tarefa do professor de matemática. Talvez uma estratégia de *empowerment* à Educação financeira.

Sobre pesquisa em documentos, a contribuição de Cellard (2008, p.300) é que “*não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever*”. Assim procedemos na análise dos documentos. Fomos em busca da descrição do contexto sócio-global em que os documentos são construídos, tentando levantar ao máximo a “identidade” de seus autores.

Uma referência teórica para a análise dos discursos encontramos em Norman Fairclough (2001) para o qual:

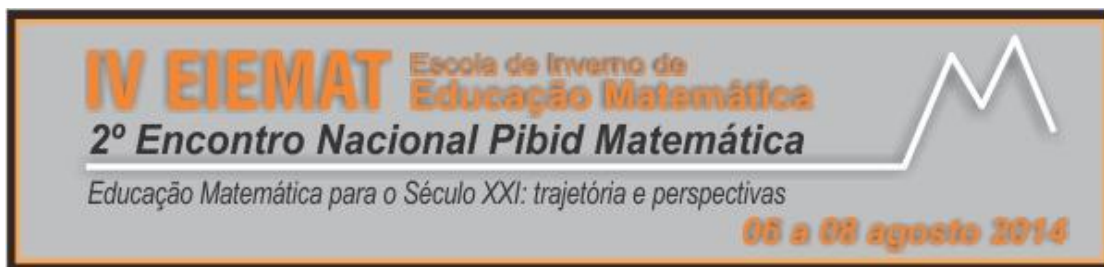
Como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p.31).

Foi a partir de sua referência e considerando esse viés ideológico, que olhamos para os extratos de textos dos documentos sobre Educação Financeira, concebendo-os como discursos.

O percurso de nossa investigação nos levou a direcionar nossa atenção ao aspecto constituinte dos discursos em Educação Financeira traduzindo-os também como *estratégias*, tal como define Michel de Certeau, outra referência de pesquisa.

Pela perspectiva de Michel Certeau, ao qual chegamos por intermédio de Josgrilberg (2005), *Estratégias* descreveriam procedimentos ligados a posições de poder que pretendem controlar o espaço de uma dada prática social.

⁶ Se aprovado o projeto deveria integrar-se o art. 26 da LDB que teria assim acrescentado o parágrafo 7º.



No percurso da análise documental caracterizamos *extratos de textos* destes documentos como *estratégias* dado que se filiam, ainda que esta intenção não seja anunciada, aos interesses do capital materializado nas iniciativas, sobretudo, de instituições bancárias quando se ocupam da Educação Financeira.

Há várias instituições financeiras e bancárias desenvolvendo parcerias com o Estado (e com os Estados), nas Estratégias nacionais analisadas.

Saito (2011) nos informa que em instituições, como o Bank of America, Citibank e Chase o interesse pelo assunto vem crescendo. De acordo com Worthington (apud SAITO, 2011), em 2003, por exemplo, “*cerca de 98% dos bancos norte-americanos financiaram projetos de educação em finanças pessoais e 72% desenvolveram os seus programas, com o intuito de capacitar os jovens evitando que estes tenham problemas de ordem financeira*”.

Extratos de textos: asserções em educação financeira

Na análise dos documentos encontramos discursos, por exemplo, que constituem a Educação Financeira como prática capaz de combater o absenteísmo - a falta ao trabalho que, como sabemos, reduz o rendimento do trabalhador e por conseguinte o lucro da empresa. São eles:

*Um problema enfrentado por muitas empresas é o absenteísmo, [...] enfrentado pelas empresas com punições e descontos nos salários[...] gerando insatisfação e queda no rendimento. Assim sempre alerta os empresários com quem converso para o fato de que uma das saídas para absenteísmo, queda de produção ou mesmo para autos índices de acidente de trabalho é desenvolver a educação financeira.*⁷

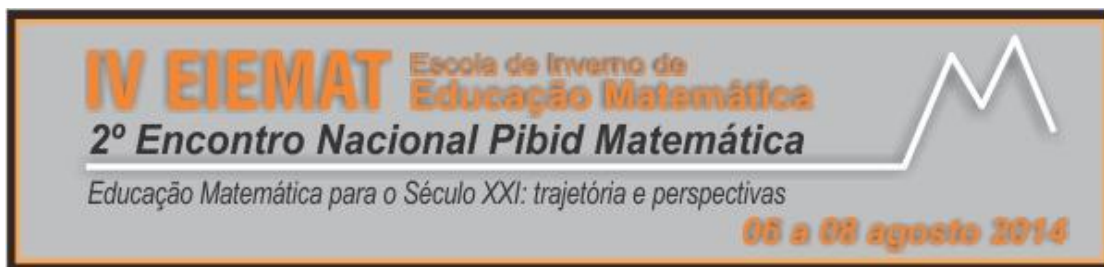
Asserção capital-trabalho

É importante, assim, que se estabeleça um trabalho gradativo de educação financeira, na qual o colaborador adeque seu nível de vida aos seus rendimentos, incluindo neles os sonhos.⁸

Asserção capital-trabalho

⁷ Domingos (2012)

⁸ Id.



Além de reduzir problemas com o trabalhador, a *educação financeira* fará com que ele perceba que os rendimentos mensais que recebe são suficientes, diminuindo as reclamações.⁹

Asserção do tipo capital trabalho

As três seguintes *asserções* foram extraídas do Plano de Formação Financeira de Portugal (PNFF) e do Plan de Educación Financeira (PEF) da Espanha¹⁰, a quarta asserção é retirada do Parecer do Comitê Econômico Social Europeu (CESE), sobre Educação Financeira e consumo responsável de produtos financeiros:

A avaliação de *iniciativas de formação financeira junto de trabalhadores* já realizadas noutros países tem demonstrado boa aceitação desses e das próprias empresas, bons resultados em termos de aprendizagem e *um contributo positivo para o amento da produtividade*. (PNFF, p.15)

Asserção capital trabalho

O *PNFF* tem como *missão* contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros são e adequados, concorrendo para a *estabilidade do sistema financeiro e para o bem estar da população*. (PNFF, p.20)

Asserções financeiras / neoliberais

Asimismo, contribuye a que familias e individuos puedan ajustar sus decisiones de inversión y de *consumo de productos financieros* a su perfil de riesgo, a sus necesidades y a sus expectativas, lo *que favorece la confianza y estabilidad del sistema financiero* [...] Y, finalmente, favorece el ahorro, lo que *añade liquidez adicional a los mercados de capitales*, aspecto clave para la promoción del crecimiento, el empleo y el bienestar social. (PEF).

Asserções financeiras / neoliberais

A *educação financeira* é, sem dúvida, um aspecto *essencial* para *manter a confiança no sistema financeiro* e exercer um consumo responsável de produtos financeiros.¹¹

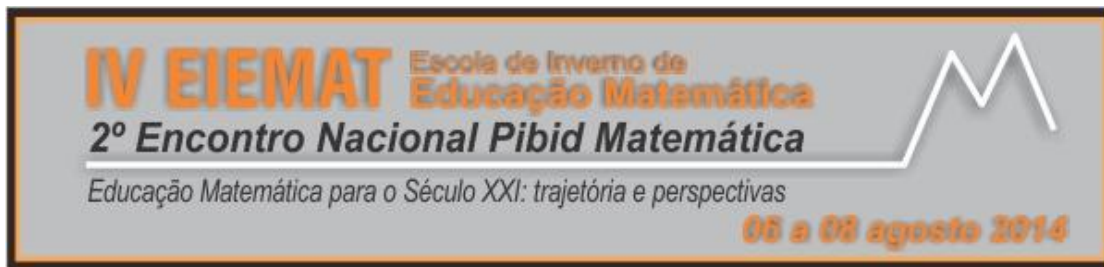
Asserções neoliberais

⁹ Id.

¹⁰ Plano Nacional de formação Financeira (PNFF) /Portugal, 2011-2015, Plan de Educación Financiera (PEF) /Espanha, 2008-2012.Já prorrogado, em versão atualizada, para o período 2013-2017.

¹¹ Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** (CESE) sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa). Fonte:

<https://dm.eesc.europa.eu/EESCDocumentSearch/Pages/opinionssearch.aspx>



Estes interesses e propósitos muitas vezes não demonstrados largamente, presentes nos documentos, oficiais ou não, fazem parte do *contexto* que envolve a constituição da Educação Financeira como uma prática social, escolar e laboral.

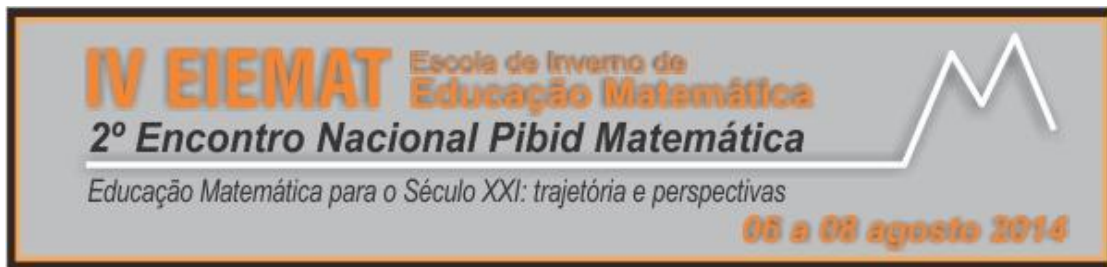
Considerações Finais

O que trazemos como contribuição da análise feita aos documentos das Estratégias em Educação financeira é que este processo global que pretende implantá-la como prática escolar e laboral tem o objetivo, dentre outros, potencializar a capacidade dos indivíduos de consumir produtos financeiros, além de se constituir como prática neoliberal que como tal, estimula interesses de mercados e o individualismo e orienta-se à estabilidade dos sistemas financeiros. Por estas razões pretendemos sinalizar para importância de investigações em Educação matemática sobre o referido tema, o que pode, a longo prazo melhorar significativamente a qualidade da participação de nossos professores nestes projetos. O propósito é desloca-los (as) - professores e professoras - de uma posição, aparente, de multiplicadores, para outra em que figurem com maior criticidade.

Compreendemos que professores, não podem participar deste processo apenas como multiplicadores de iniciativas curriculares prontas com parâmetros já definidos, segundo interesses pouco anunciados, sobre o que é educar financeiramente um indivíduo.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*; tradução Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BRASIL. *Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da Enef*. 2011a. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislação/Default.aspx>. Recuperado em: 30-07-2013.
- BRITTO, R. R. *Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica*. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2012. Recuperado em: 2013-07-30. Disponível em: <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTAÇÃO-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>



CELLARD, A. *A análise documental*. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008(reimpressão).

JOSGRILBERG, F. B. *Cotidiano e Invenção: os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

KISTEMANN Junior, M. A. *Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores*/Universidade Estadual de São Paulo.- Rio claro:[s.n], 2011.

SAITO, A. T. *Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Recuperado em 2013-07-30, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/>

SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 171*, de 2009 (PL nº 3.401, de 2004, na origem), do Deputado Lobbe Neto, que determina que o tema “educação financeira” integre o currículo da disciplina Matemática. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=93105>

SKOVSMOSE, O. *Educação Matemática Crítica: a questão da democracia* /Ole Skovsmose. - Campinas SP: Papirus. (Coleção Perspectivas em educação Matemática), 2001.